



A DOCTRINA NA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Roberto Jugurtha Camara Senna

Em 1982, o conflito entre Inglaterra e Argentina, no Atlântico Sul, surpreendeu o mundo pela sofisticação dos equipamentos bélicos utilizados. Meios de visão noturna, telêmetros laser, computadores de tiro de artilharia associados a radares e outros meios de busca de alvos, foram largamente empregados pelas tropas inglesas. Operações combinadas, operações especiais executadas por unidades de "comandos", largo emprego de assaltos e incursões aeromóveis caracterizaram uma tática de emprego baseada, particularmente, nos princípios da surpresa e da ofensiva. Realmente houve uma demonstração da operacionalidade de uma força.

Argumentam alguns analistas que o fator preponderante da vitória inglesa foi o grande desequilí-

brio do poder de combate entre as forças em presença, particularmente fruto do poder tecnológico inglês que, mesmo com inferioridade de meios em relação às tropas argentinas, conseguiu impor uma derrota rápida e decisiva.

Este conflito, cujos detalhes são do conhecimento de todos, foi largamente explorado, tanto pela imprensa, como em palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Não nos propomos a discuti-lo e sim tirar dessa guerra alguns ensinamentos de natureza mais profunda e que não se referem ao estudo em si das táticas e dos equipamentos lá utilizados. O nosso enfoque estará voltado para a doutrina de emprego de nossas forças terrestres e particularmente o ensino desta doutrina nos bancos da ECEME.

O ponto de partida que nos levou a preocupação com o problema foi a surpresa e até certa perplexidade que ficamos, dentro da ECEME, em sua maior parte, alunos e instrutores em face das notícias sobre o emprego das "novas" técnicas de combate utilizadas pelos ingleses. Como curiosidade, em rápida pesquisa realizada em nossos arquivos, pudemos verificar que praticamente todos os ditos "moderníssimos" equipamentos bélicos utilizados pelas forças inglesas já constavam de manuais e revistas estrangeiras especializadas, alguns de até 10 anos atrás.

Por que então ficamos surpresos com os relatórios iniciais da guerra? Por que só então passamos a perceber o quanto ficamos defasados tecnologicamente?

Esta surpresa naturalmente foi muito maior e mais drástica para o próprio Exército argentino, mesmo já vivendo em estado de preparação e mobilização diante das hipóteses de guerra com o Chile e a Inglaterra.

Analisemos, então, o motivo pelo qual uma escola, dedicada quase que exclusivamente à Tática, pode permanecer defasada do desenvolvimento tecnológico militar e não absorver todas as experiências que se sucederam à Segunda Guerra Mundial, só percebendo o problema após a ocorrência de uma guerra próxima às nossas fronteiras.

A experiência de 3 anos como instrutor, vivendo o dia-a-dia da montagem e execução de exercícios táticos, estudando e discutindo a doutrina de emprego da Brigada e da Divisão, propiciou-nos o

esclarecimento dessas indagações.

Observamos que dois enfoques são predominantes no que se refere ao estudo do emprego das nossas Brigadas e Divisões. O primeiro considera que a doutrina deve ser coerente com a situação real e atual do nosso Exército, devendo ser levado em consideração que o oficial de Estado-Maior, ao retornar à tropa, vai se defrontar com unidades enquadradas em um exército de paz, dentro de um país que tem como objetivo mais premente o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Deve portanto o oficial aluno ser formado com os "pés no chão" e estar capacitado a trabalhar com o que tem e não com o que deve ter. Aguardemos primeiro que a tropa receba o material, ou seja criada tal tipo de unidade, para então pensarmos em alterar a nossa Doutrina, nossa Tática e conseqüentemente explorarmos o seu emprego.

Em contraposição está o enfoque que pertencemos a uma "casa" voltada para a guerra, que deve tornar o oficial de Estado-Maior apto a planejar e comandar forças em situação de guerra, considerando-se, que neste caso, o país terá que estar mobilizado a fim de proporcionar a estas forças condições para vencer batalhas. Conseqüentemente, devem estar equipadas e adestradas com o necessário para superar o poder do inimigo que esperamos combater. O oficial de Estado-Maior deve, portanto, aqui trabalhar com uma Doutrina atualizada, considerando hipoteticamente a existência desses equipa-

mentos modernos, acompanhando a evolução tática e as experiências das guerras modernas, testando-as nos exercícios, discutindo-as, aperfeiçoando as táticas de emprego de nossas Brigadas e Divisões.

No confronto das vantagens e desvantagens desses dois argumentos, chegamos à conclusão de que o melhor entendimento do problema e, que pode servir de parâmetro para o aperfeiçoamento da Doutrina da ECEME, esteja na busca de um perfeito equilíbrio entre esses dois conceitos básicos. Esse ponto de equilíbrio estará provavelmente numa posição entre esses dois enfoques apresentados e, no nosso entender, bem mais próximo do segundo que o primeiro.

No estudo e elaboração da doutrina de emprego tático de nossas forças terrestres não podemos concebê-las por demais dissociadas da realidade, pois sabemos de antemão que, mesmo numa situação de guerra, não haverá possibilidade de o nosso país adquirir material bélico moderno e em quantidade ideal, no exterior ou aqui produzi-lo.

Por outro lado, não podemos continuar nessa escola a empregar, nos exercícios táticos realizados, um Exército dispondo do material e com os problemas atualmente existentes. Bem sabemos que, diante da premência de uma guerra, o país terá que se reestruturar num esforço de guerra, de forma a poder enfrentar um inimigo que reagirá do mesmo modo e que, por experiências das guerras atuais, deverá — este inimigo — estar até

apoiado por potências estrangeiras e, conseqüentemente, operando com equipamentos os mais modernos.

Já não mais nos surpreendem as notícias de que países africanos, subdesenvolvidos, quando em operações de guerra, dispõem de armas sofisticadas, fornecidas ou adquiridas no mercado internacional de armas, e isso fatalmente ocorrerá também num teatro de operações sul-americano. É sabido também que países próximos às nossas fronteiras poderão até dispor em curto prazo de artefatos nucleares.

Portanto, na organização do nosso exército de campanha, para fins didáticos, devemos fazer constar unidades de busca de alvos, guerra eletrônica, comandos, e aeromóveis, além de mísseis de defesa antiaérea, de artilharia de campanha e anticarro e até, se necessário, de unidades de helicópteros em condições de participar da defesa anticarro e apoiar operações aeromóveis. Esses meios modernos devem ser explorados por ocasião dos nossos exercícios táticos, estudando o seu emprego nas diversas operações e, por conseguinte atualizando a nossa doutrina.

O oficial de Estado-Maior tem que conhecer os equipamentos modernos e seu emprego além de estar familiarizado com as táticas atuais de combate, a fim de assessorar os altos chefes militares nas decisões relativas ao reaparelhamento do Exército e no desenvolvimento de uma doutrina que possibilite, na ocasião oportuna, "vencer a guerra".

Se o oficial não trabalhar com um Exército moderno, mesmo que um pouco "avançado" em relação à realidade presente, na hora de desenvolver um esforço de guerra, não saberá o que se deve adquirir, o que produzir e como empregar.

Não se pode deixar de considerar, no entanto, que tudo isso tem que estar dentro das possibilidades de mobilização do país para a guerra. Sendo assim, a dúvida será quanto à quantidade do que poderemos dispor, seja no número de unidades, ou de equipamentos, mas tem-se que considerar a existência de tais meios, mesmo em pequena quantidade, para sabermos como empregá-los.

A doutrina desenvolvida na escola, baseada na necessidade de "ganhar a guerra" é que deve condicionar a pesquisa e o desenvolvimento das armas. Temos presenciado freqüentemente o desenvolvimento de equipamentos bélicos, pela nossa indústria civil ou militar, que ainda não foram aqui estudados ou mesmo citados em nossas aulas. Em determinadas situações sentimos dificuldades de conversar sobre pesquisa e desenvolvimento com nossos técnicos, ou até nos surpreendemos com a sofisticação do material bélico

produzido e exportado pelo nosso país.

A ECEME deve estar na vanguarda do conhecimento militar, pesquisando, discutindo, empregando nos exercícios em sala tudo que for necessário para decidir uma guerra moderna. Não deve permanecer condicionada aos meios existentes em situação de paz e vivendo uma doutrina, por vezes, desenvolvida por experiência da Segunda Guerra Mundial. Só assim não ficaremos novamente perplexos, como ocorreu no ano passado, quando tomamos conhecimento dos relatórios da guerra das Malvinas. Os equipamentos "modernos" — alguns já existentes há 10 anos —, como não os possuímos, não os estudávamos nesta escola; como não os estudávamos não sentíamos a sua falta nos nossos quadros de organização e, como não sentíamos essa falta, não nos interessávamos por adquiri-los ou produzi-los, fechando-se um círculo vicioso que fez com que permanecêssemos alheios ao desenvolvimento da moderna tática de emprego das forças terrestres.

A guerra é também o reflexo da vivência curricular das grandes escolas de Comando e Estado-Maior.



O Ten Cel Art Roberto Jugurtha Camara Senna possui os cursos de Artilharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Pára-quedista e Comando, na Brigada Pára-quedista; Avançado de Artilharia nos Estados Unidos; e Comando e Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. Exerce atualmente a função de Instrutor de Artilharia da ECEME.